



Na guerra medieval, procurava-se poupar a própria vida e a do inimigo que, por meio de acordos, se tornava muito rapidamente um aliado ou um parente; nesta imagem, o duque Guilherme da Aquitânia tira o elmo e aponta para o próprio rosto para que seus homens, reconhecendo sua presença na batalha, não tenham pretexto para abandoná-la

‘O historiador tem mais a tomar c

Continuação da página 5

JU – Sua obra faz recurso à antropologia ao procurar entender a violência medieval do ponto de vista dos estudos sobre a “faida” ou a prática da vingança. O que permite essa aproximação entre sociedades tão diferentes? Quais os frutos dessa cooperação?

Barthélemy – Estamos longe da Idade Média e não paramos de nos afastar dela. Os leitores não têm necessidade de ler Mauss e seu *Ensaio sobre o dom* para compreender intuitivamente os artifícios simbólicos em Paris ou São Paulo! Por outro lado, temos cada vez mais necessidade de nos impregnarmos de antropologia, que é a sociologia das sociedades distantes, inatuais, para imaginar um pouco os mecanismos funcionais – as trocas, o recurso ao sagrado – e creio no final das contas que isso nos torna munidos de melhores ferramentas do que o século XIX. A antropologia da vingança é muito útil para nos ajudar a não dramatizar demais essas guerras feudais sobre as quais se sobrepõe a cavalaria, a reconhecer seus limites, seus códigos e a perceber nela essa forma de convivência tácita ou expressa entre adversários nobres, que está na raiz da cavalaria.

Dito isso, partilho sua inquietude, pois há um risco no uso da antropologia: isso se dá quando se procura enquadrar arbitrariamente as fontes da Idade Média em modelos exteriores. Isso acontece com muita frequência atualmente, sobretudo devido a uma valorização excessiva das “problemáticas” e “modelos” no reino dos historiadores.

JU – No que diz respeito ao estudo da violência, a história medieval pode de alguma maneira contribuir com a antropologia?

Barthélemy – Em minha opinião, muito pouco, porque um medievalista sabe bem menos coisas a respeito da sociedade que ele estuda através de fontes lacunares e aleatórias do que um antropólogo a respeito daquela no meio da qual ele viveu – mesmo que sua abordagem permaneça parcelada e parcial. Foi por isso que escrevi em meu livro *Chevaliers et miracles* [*Cavaleiros e milagres*], que os cavaleiros da Idade Média são “quase tão interessantes quanto os

Nuer do Sudão, estudados por Evans-Pritchard” – mas, apenas, quase! O historiador tem mais a tomar da antropologia, a título de sugestão, do que a lhe dar. Somos grandes predadores!

JU – Essa expressão, “grandes predadores”, é perturbadora e de certa forma recomenda que voltemos a um ponto anterior. Gostaria que o senhor discutisse um pouco mais detidamente o que entende como “valorização excessiva das ‘problemáticas’ e dos ‘modelos’ no reino dos historiadores”.

Barthélemy – As doutrinas de Alain Guerreau sobre o “feudalismo”, repercutidas em *A civilização feudal* de Jérôme Baschet com mais tato, é verdade, são um bom exemplo de modelização excessiva. Ambos vêm na Igreja “a instituição dominante no feudalismo” – em detrimento da cavalaria, que para mim, teria mais direito ao título de instituição dominante! O que para mim é interessante na relação entre a Igreja e a cavalaria, não é reduzi-la a este modelo expedido, mas ver como sua convivência, que é frequentemente patente, por outro lado, nunca pode ser completa. Pode-se e deve-se, portanto, escrever uma história cheia de tensões e de compromissos, marcada por homens e grupos de homens, com seus afetos e estratégias...

JU – As teses que atribuem uma “violência endêmica” à idade Média normalmente advogam a existência então de uma sociedade politicamente invertebrada e carente de mecanismos de justiça pública. Sem aderir à tese da “violência endêmica”, seu livro apresenta a aristocracia guerreira dotada, até o século XII, de um caráter largamente arredio em relação aos poderes superiores, sem que chegue a contestá-los. A ideia de que a violência medieval tem mecanismos reguladores permite discutir algo a respeito da existência de formas eficazes de justiça e de poderes públicos? Como o senhor vê esse problema que praticamente é um divisor de águas na historiografia medieval?

Barthélemy – Saber se é preciso falar de Estado nesta ou naquela etapa da história sócio-política pode se tornar uma questão um pouco acadêmi-

ca. Penso concretamente que, na alta Idade Média, ainda que uma justiça coercitiva continue por vezes a se aplicar aos servos, aos camponeses, a aristocracia franca que tem comportamentos guerreiros e funções diversas – aí compreendidas as judiciárias –, é bastante autônoma em relação aos reis (que por seu turno ela serve e apoia na defesa da região) na resolução de seus conflitos internos. Assim, ela tem uma experiência com normas e limites da violência intrasocietária.

Essa experiência, se é preciso defini-la, me parece mais “germânica” que “romana”, e eu prefiro as intuições – e mesmo as aproximações – do século XIX às atuais experimentações romanistas – historiadores que advogam forte continuidade entre Antiguidade e Idade Média. Os historiadores das instituições, no século XIX, evocaram de maneira um pouco vaga o “espírito germânico” onde quer que eles sentissem que havia qualquer conceito ou prática muito diferentes das suas, mas funcionais: em suma, eles lançavam mão dessa etiqueta tantas vezes quanto nós utilizamos hoje em dia as sugestões da antropologia – vingança, propriedade, sacralidade, ritos “germânicos”.

JU – O problema da ruptura, ou não, entre Antiguidade e Idade Média é um divisor de águas entre os medievalistas que efetivamente produzem visões de Idade Média muito diferentes. Seu trabalho de fato evita questões acadêmicas investindo fortemente na leitura documental. Que dados concretos dessa documentação, que o senhor conhece tão bem, o convenceram de que a perspectiva romanista é mais problemática do que as intuições germanistas?

Barthélemy – Há verdadeiras heranças da administração romana nos reinos bárbaros e no mundo carolíngio, frequentemente subestimadas pelo século XIX (embora não por Fustel de Coulanges), mas como não notar que a sociedade mudou? Na Gália do norte, os romanos ricos se fizeram francos depois do batismo de Clóvis: o duque Lupo, evocado por Gregório de Tours e por Fortunato, é um exemplo muito interessante disso. Ele adotou usos de tipo germânico, isso é, uma moral da honra vindicativa e um ideal de liberdade aristo-

crática. Chamo isso de “germânico” mas em um sentido muito amplo, aplicável a todas as sociedades de honra aristocrática e de vingança que os romanos acham “bárbaras”.

Haveria nesse sentido uma germanidade dos árabes do tempo do Profeta – que seus descendentes chamaram de “tradição cavaleiresca dos árabes”. E nos mitos de origens troianas dos francos, a partir do século VII, se exprime um ideal germânico – sempre no sentido amplo. Talvez eu esteja errado em manter esse termo “germânico”, que pode se prestar à confusão. Na verdade, eu o utilizo, sobretudo, a exemplo de Jean Flori e de Régine Le Jan, para polemizar contra o romanismo integral de Karl Ferdinand Werner, que para defender seu ponto de vista chega a deslegitimar Gregório de Tours [escritor galo-romano do século VI], dizendo que sua obra não é uma fonte fiável!

É muito importante para a história ulterior da cavalaria o fato de que os termos *miles* e *militia* sejam traduzidos e compreendidos, na maior parte de suas ocorrências entre Carlos Magno e meados do século XI, como *vassalo* e *vassalidade*, e não como soldado e milícia. Sonho fundar uma associação para a defesa da vassalidade e da cavalaria em história medieval. Você me concederia a honra e o favor de sua participação?

JU – De bom grado! Depois de atribuir à cavalaria uma origem muito antiga, seu estudo se interrompe no século XII. Algo da cavalaria persiste para além deste século?

Barthélemy – De fato, meu ensaio tem por objeto apenas a gênese da cavalaria clássica, para a qual o lugar e o momento de referência são a França do norte, com a Lorena, entre 1130 e 1180, onde ela é abraçada por príncipes. As práticas cavaleirescas sobrevivem muito vigorosamente nos séculos XIII e XIV e vigorosamente até os séculos XV e XVI. Mas essa longa vida da cavalaria clássica já teve excelentes historiadores, especialmente Maurice Keen. Não retiro de meu horizonte, no entanto, acrescentar a meu ensaio de 2007 um segundo volume consagrado apenas à cavalaria clássica. Nesse caso eu trataria, em particular, da maneira como a Igreja e os Estados monárquicos engendraram, desde o século XIII,

esforços de cooptação da cavalaria.

JU – O senhor fala em cavalaria dentro do território que corresponde, aproximadamente, à França atual. Há cavalaria em outras partes da Europa cristã ou o que temos nestas regiões deriva da adoção de fantasias literárias provenientes das cortes de língua “francesa”?

Barthélemy – Seria preciso também neste segundo volume observar a adoção e adaptação dos ideais e práticas dessa cavalaria a quase todo o ocidente cristão. Trata-se de um aspecto daquilo que Robert Bartlett chama com humor e pertinência, de “europeização da Europa”! Mas para voltar à alta Idade Média e ao ensaio *A cavalaria*, aparecido na França em 2007, é certo que eu poderia ter-lhe dado uma orientação mais europeia se tivesse, por exemplo, nele introduzido páginas da *História dos Lombardos* de Paulo Diácono [monge beneditino, membro da corte de Carlos Magno que viveu no século VIII]. Mas, de toda forma, os elementos que integram o perfil da cavalaria clássica se encontram no império de Carlos Magno, ou seja, no império dos francos, da aristocracia franca.

Dessa maneira, a honra e o livre-arbítrio são amplamente preservados face ao governo carolíngio. E, sendo dado que é dos códigos e limites da guerra intrasocietária e não da guerra nas fronteiras culturais e sociais (face aos pagãos, aos muçulmanos, aos cristãos celtas) que pode surgir a cavalaria clássica, isso se dá na França capetíngia e principesca no século XI. Com efeito, este é o reino mais central no ocidente, o mais marcado pelas guerras civis e suas civilidades e, por outro lado, um dos mais ricos em aveia e um dos melhores herdeiros da civilização carolíngia.

JU – Seu estudo sobre a cavalaria tem um domínio contíguo do qual o senhor se ocupou em outra obra, os poderes locais. Este me parece um tema da maior importância, sempre latente nos estudos medievais, mas pouco desenvolvido devido às dificuldades de documentação. O que sabemos de fundamental hoje sobre os poderes locais na “França” medieval? De que maneira a cavalaria está aí implicada?